

ROMA PERANTE O SÉCULO

Moacyr Flores¹

Todo o movimento político ou religioso que tenta mudar a sociedade maior, radicaliza sua doutrina para destruir o consensual a fim de criar novas relações sociais, gerando a intolerância. No século XIX, o radicalismo dos liberais desencadeou a intolerância ao que era antigo ou que estava baseado na tradição. Durante o período da Regência, 1831-1842, explodiram rebeliões, revoltas e a guerra civil dos farrapos, que implantou uma república federativa, de acordo com a doutrina liberal que se opunha à centralização do poder do Império.

O império do Brasil era um Estado unitário, centralizador e conservador, que se fundamentava na fidelidade ao Monarca e à Igreja Católica que lhe dava apoio, pois os sacerdotes eram funcionários públicos, o imperador era o vigário de Cristo e possuía o *placet*, que lhe dava o direito de consentir ou não a vigência no Brasil de documentos pontifícios.

O ultramontanismo, conjunto de doutrinas teológicas que apoiavam o papa, contra o domínio do Estado nos negócios da Igreja, triunfou na França, em 1830, graças a Hughes Félicité Robert de Lamennais (1782-1854). O papa Gregório XVI condenou as idéias republicanas e socialistas de Lamennais expressas em seus escritos.

No Brasil a princesa Isabel jurou a Constituição a 20.5.1871 e assumiu a regência do Brasil. D. Pedro II antes de viajar à Europa, deixou manuscrito *Conselhos à Princesa Isabel* de como melhor governar.

Entre os Conselhos do imperador, à sua filha princesa Isabel, destacam-se:

Educação pública – É a principal necessidade do povo brasileiro. Sua base é a religião e a inspiração de seu sentimento depende muitíssimo do clero e boas qualidades deste dos seminários, assim como o proveito destes dos bispos.

A instrução primária deve ser obrigatória e generalizada por todos os modos, contando que a moralidade dos professores fique sempre bem provada e suas habilitações sejam reconhecidas em concurso, menos quando as circunstâncias da localidade exijam que se prescindam dele, a fim de que haja quem ensine. (Pedro II, p. 31).

Os maçons republicanos e liberais anticlericais apoiavam o ultramontanismo, para que houvesse o rompimento do governo com a Igreja, enfra-

1 Doutor em História. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

quecendo a regência da princesa imperial Isabel de Bragança. Acentuou-se o declínio da esfera pública quando, em 28.9.1871, ela assinou a lei do Ventre Livre, causando descontentamento aos proprietários de escravos, que teriam de sustentar até os 18 anos ou dar liberdade ao ingênuo, que nasceu após a lei.

Em 1871, aproveitando o descontentamento generalizado dos políticos em relação à campanha do terceiro reinado, Carlos Von Koseritz publicou em Porto Alegre o livro *Roma perante o século*. O imperador retornou da Europa e reassumiu o trono em 31.3.1872, sem condições físicas de governar, deixou a política para os ministros. Em 1873, o cônego Joaquim Francisco de Farias editou em Recife o livro *Cartas sobre a Companhia de Jesus*, que ataca aos jesuítas e não reconhece o primado de infalibilidade do papa.



Karl Julius Christian Adalbert Heirich Ferdinand von Koseritz, que assinava Carlos von Koseritz, nasceu em Dassau, Alemanha, a 3 de fevereiro de 1834 e faleceu em Porto Alegre, em 29 de maio de 1890. Era filho de major prussiano, diretor do Correio, e freqüentava a escola em Württemberg. Envolvido em revolta de estudante, em 1868, foi obrigado a sair da Alemanha e se refugiar no Rio Grande do Sul.

Koseritz marcou a produção cultural do Rio Grande do Sul com sua contribuição de cientista, orador, jornalista, historiador, teatrólogo, romancista e político.

Em 1871 reuniu três artigos publicados na *A Reforma*, jornal de Porto Alegre, e mais um inédito, com o título de *Roma perante o século*, livro no qual procura provar as falsificações e estelionatos tanto religiosos como políticos, usando fatos históricos selecionados, com o objetivo de atacar a funesta influência da Companhia de Jesus ao mundo cristão, protegida por Dom Sebastião Dias Laranjeira, bispo do Rio Grande do Sul.

A primeira parte, intitulada *Roma e os jesuítas*, é a reprodução de artigo publicado no jornal *A Reforma*, em 1867, no qual trata do poder temporal do papa Pio IX, e do dogma de infalibilidade, bem como o estado de desmoralização em que se encontrava o clero de Porto Alegre pela ação dos ultramontanos na Cúria da capital.

Koseritz declara que não combate “a santa religião católica, de que somos fervorosos crentes”, mas se declara inimigo das usurpações da Cúria romana e dos jesuítas. (Koseritz, p. 13).

Inimigo dos jesuítas, usou argumentos com dados históricos incompletos ou distorcidos, na tentativa de desmoralizar o Papa e a Companhia de Jesus. Logo no início de sua crítica, afirma que o bispo Silvestre I (314 a 336) tomou arbitrariamente o título de arcebispo, confirmado, também arbitrariamente pelo Concílio de Nicéia, dando origem ao papado. (Koseritz, p. 14).

Koseritz não cita ou desconhece a administração do mundo romano, no qual a religião cristã estava inserida. Caio Aurélio Diocleciano, entre 284 e 305, pôs fim ao caos do Império Romano fazendo a reforma administrativa ao dividir o império em quatro prefeituras, chamadas de tetrarquia, divididas em dioceses, formadas de províncias, com *conventus vicinorum*, ou conselho de vizinhos. O bispo passou a promover e a presidir o *conventus clericorum* de um distrito e o bispo da capital da província convocava e presidia o concílio dos bispos provinciais.

Outro fator para a unificação de autoridades da Igreja foram as heresias que surgiram em assembleias de cleros, provocando a reunião de concílios, principalmente sobre a natureza de Jesus e da Trindade Divina.

O concílio de Niceia, não concedeu arbitrariamente o título de arcebispo a Silvestre, porque ele já possuía esse título por ser bispo de Roma, capital de uma tetrarquia. O concílio, reunido em Niceia, na Bitínia, hoje Iznik, na Turquia, tinha como objetivo principal rejeitar as heresias arianas, discutir a cristologia, fixar a data da Páscoa e de publicar o direito canônico, a fim de regulamentar a vida na comunidade eclesial.

Continuando seus ataques ao papado, Koseritz afirma que Bonifácio VIII (1294-1303), publicou uma bula extravagante *Unam Sanctam*, que estabeleceu o princípio de o papa possuir “duas espadas, uma do poder espiritual e outra do temporal, sendo o único juiz de todo o mundo cristão, mas não podendo ser julgado por ninguém.” (Koseritz, p. 20).

No texto da bula *Unam Sanctam*, de 18.11.1302, consta que o papa possui duas espadas: uma representa o poder espiritual porque a salvação de todos os homens está nas mãos do pontífice, por isto é usada pela Igreja. A espada do poder temporal é colocada nas mãos das autoridades civis que devem usá-la para a Igreja. O poder espiritual pode julgar o poder material, mas este não pode julgar o espiritual.

Koseritz não coloca a bula no contexto social e histórico da época. Filipe IV, rei da França estava em guerra com Eduardo I, rei da Inglaterra. A fim de armar seu exército, o rei francês cobrou imposto do clero e proibiu que dinheiro fosse enviado a Roma. As querelas entre o papa e o rei resultaram no concílio regional e na bula escrita no Vaticano. O papa, embora fosse

contra a guerra, teve de recuar e permitir a cobrança de impostos do clero.

Em 1308, Dante Alighieri no livro *Da Monarquia*, atribui ao rei o poder material e ao papa apenas o poder espiritual.

E assim, Koseritz prossegue, mostrando a anarquia e a depravação principalmente no pontificado de Rodrigo de Bórgia, que adotou o nome de Alexandre VI, como envenenador, incestuoso, aliado dos turcos contra a França e o maior criminoso do seu século. (Koseritz, p. 20-21).

Continuando sua história pelo método confuso, sem precisar datas, Koseritz inicia a mistura de dados com Leão X, 1513-1521, “que viu rebentar a tempestade em Wittenberge, onde Martim Luther proclama a reforma da igreja, sendo seguido na Suíça por Ulrico Zwingli e João Calvino”. Refere-se à fundação da Companhia de Jesus, em 15.8.1534, e o reconhecimento dos estatutos pelo papa Paulo III, 1534-1549. Logo a seguir afirma que “Pio IV em sua célebre bula *Unigenitus*, proibiu a leitura da Bíblia aos leigos e proclamou, baseado no auxílio dos jesuítas, a infalibilidade do papa, que em troca desse auxílio, lhes permitiu perseguir os valdenses da maneira mais sanguinária e cruel”. (Koseritz, p. 21).

O papa Pio IV exerceu o pontificado de 1559 a 1566. Há duas bulas *Unigenitus Filius Dei*, uma de 1343 de Clemente VI, que trata das indulgências, proíbe a leitura da Bíblia aos leigos, principalmente do Novo Testamento e tem como objetivo a legitimidade dos papas de Avignon. A outra *Unigenitus* é de 8.9.1713, do papa Clemente XI, que condena a heresia do jansenismo contida em 101 proposições do livro de Pasquier Quesnel. De onde se conclui que os jesuítas e o papa Pio IV nada têm com as bulas *Unigenitus Filius Dei*.

Resta examinar os valdenses perseguidos “da maneira mais sanguinária e cruel” pelo papa Pio IV, aconselhado pelos jesuítas. O terrível massacre de uma vintena de aldeias de valdenses na França ocorreu em 1545, na época em que o papa Paulo III ocupava o trono de São Pedro.

Francisco I, rei da França de 1515 a 1547, estava em guerra com Carlos V, perdendo territórios e esvaziando o tesouro nacional. Os valdeses desde 1174 usavam a Bíblia traduzida para o francês, adotada como única autoridade eclesiástica e que considerava a devoção de imagens como idolatria. Os huguenotes, protestantes franceses, acolheram os valdenses quando excomungados pelo papa em 1184.

O rei francês era humanista protetor das artes. Difundiu o Renascimento na França, convidando para a corte Leonardo da Vinci, Benvenuto Cellini e outros. Em 1533 casou seu filho Henrique com Catarina de Médici, sobrinha neta do papa Clemente VII. Com a perda de territórios para Carlos V, os nobres franceses precisavam de novas terras para seus filhos.

Francisco I iniciou a hostilidade contra os huguenotes e ordenou a conquista das aldeias valdenses em 1545.

Outra informação incompleta é sobre a infalibilidade do papa proclamada por Pio IV. Quem iniciou o movimento da infalibilidade papal foi o bispo de Roma, Clemente I, em 90 da era cristã, no Concílio de Corinto, ao dizer que falava em nome do Espírito Santo. Esta assertiva foi proclamada por vários papas e contestada durante a Idade Média e, principalmente no período do Iluminismo. Somente no concílio de Vaticano I, em 1870, o papa Pio IX transformou em dogma, ou seja, em matéria de fé.

Koseritz insinua que os papas Inocêncio X e Inocêncio XIII foram envenenados porque tentaram limitar o poder da Ordem dos Jesuítas. Finalmente Clemente XIV, em 16.8.1773, declarou dissolvida a ordem, mas Pio VII, em 7.8.1814, “restabeleceu a ordem de uma forma ainda mais perigosa”. (Koseritz, p. 22).

De silogismo em silogismo elaborados com premissas absurdas, Koseritz conclui que o “caráter fundamental da ordem é um *mixtum compositum* da índole traidora dos italianos, da astúcia francesa e do fanatismo espanhol”. Assim o princípio fundamental da ordem é de que *o fim santifica os meios*. Agindo de forma invisível os jesuítas tecem suas intrigas, segurando os fios dos títeres que fazem mover no grande teatro do universo. Sem fundamento, Koseritz relaciona assassinatos de reis, guerras e massacres às intrigas políticas urdidas pelos jesuítas.

Há várias omissões quando Koseritz refere-se às missões da Província Jesuítica do Paraguai, ele condena os jesuítas que com vestes de anjos e de demônios fundaram colégios, residências e casas comerciais, separando as reduções do resto do mundo, formando um estado teocrático-militar, governado por um provincial e quatro consultores. Todos trabalhavam para o estado, realizando o comunismo unicamente em proveito da cobiça dos jesuítas. O ouro e a prata encheram os cofres da Sociedade de Jesus. (Koseritz, p. 40-44).

No entanto, a comissão demarcadora portuguesa, para execução do Tratado de 1750, se retirou dos Sete Povos quando descobriu que não havia ouro ou prata na região. Nas missões não havia comunismo, apenas comunidade religiosa. Os 30 povos não formavam um estado teocrático, pois faziam parte do sistema colonial do estado espanhol autocrático e centralizador.

Outra acusação infundada é a de que os jesuítas influíram em Solano Lopez para escravizar e fanatizar seu povo, que lutou contra o Brasil a partir de 1865.

Refere-se a José de Anchieta e a Manoel da Nóbrega como nomes de respeito, pelos relevantes serviços prestados como missionários. No entanto as fogueiras da Inquisição e os segredos da minas de ouro que estiveram de posse em Santa Catarina tornaram odioso o jugo dos jesuítas. No Rio Grande do Sul, o bispo D. Sebastião Dias Laranjeira, altivo, ambicioso e rancoroso, encheu a cúria de jesuítas. (Koseritz, p. 52-53).

Koseritz conclui o capítulo afirmando que a Igreja deve ser independente do Estado. Aponta como causa do desenvolvimento progressista dos Estados Unidos da América a liberdade religiosa.

Em 1868, publicou no *Jornal do Comércio* a segunda série de artigos em que ataca o papa Pio IX como déspota secular que vive cercado de polícia e de tribunais de sangue na fortificação de Santo Ângelo, de onde organiza exércitos contra a Itália e que se inspira nas idéias e nos tenebrosos planos dos jesuítas. (Koseritz, p. 60).

A seguir, Koseritz argumenta contra o pecado filosófico, atribuído à doutrina dos jesuítas, com citações fora do contexto em que foram proferidas.

Conforme o jornalista alemão, “mais que as doutrinas subversivas de Jean Jacques Rousseau, mais que a palavra dos enciclopedistas e de todos os motores da grande revolução social, as doutrinas dessa ordem nefasta tem contribuído para sublevar os povos contra os seus governos legitimamente constituídos”. (Koseritz, p. 103).

Participando do Partido Liberal, Koseritz considera Rousseau subversivo por colocar a liberdade na pessoa, conforme os princípios democráticos, mas coloca a grande revolução social na palavra dos enciclopedistas, ou seja, pelo uso da razão que também levou o povo à revolta contra os governos constituídos. Em seu fanatismo anticlerical classifica a sublevação dos povos pelos inicianos como nefasta. Qual a revolta popular que não é nefasta?

O tema do artigo é a formação de um império teocrático pelos jesuítas, com nações governadas por eles, sem a participação de leigos e de sacerdotes de outras ordens.

Segunda parte do livro de Koseritz, aqui revisado, apresenta o título *Roma e a infalibilidade* (escrita em 1871), com o retorno às críticas ao dogma da infalibilidade do sumo pontífice. Considera o concílio Ecumênico em Roma como inválido, por não ser ecumênico, pois não havia representantes de outras religiões, por ter 300 bispos titulares sem bispado e pensionistas do papa, com predomínio de ultramontanos. Os bispos da oposição pediram licença ao papa Pio IX e se retiraram do concílio antes da proclamação

do dogma da infalibilidade. (Koseritz, p. 141 a 145).

As críticas atingem D. Sebastião Dias Laranjeira que “voltou de Roma mais romano do que nunca, mais intolerante, mais fanático, mais resolutivo que dantes”.

Denuncia o fato de os jesuítas se apossaram de paróquias e entregaram na maior parte a sacerdotes italianos ou alemães da Companhia de Jesus, além de adquirir propriedade em S. Leopoldo, fundando um jornal que divulga entre a população ignorante da colônia idéias fantásticas e absurdas, provocando a discórdia entre católicos e protestantes. (Koseritz, p. 129).

Na terceira parte, escrita em 1871, Koseritz retoma seus ataques ao primado de Roma, relatando os fatos, erros e crimes cometidos pelos sucessores de S. Pedro, para demonstrar o absurdo do dogma de infalibilidade do papa, com provas históricas. (Koseritz, p.165).

Dirige sua crítica maior ao bispo Cirilo de Alexandria, que tomou conta do Concílio de Éfeso, em 431, mandou massacrar 40 mil judeus e foi responsável pela morte da filósofa Hipácia (350-370). Nega a supremacia do bispo de Roma sobre os demais, argumentando que não são herdeiros de S. Pedro, pois este nunca esteve em Roma, “fato averiguado pela história”. Koseritz não cita a fonte e dá a S. Paulo a prerrogativa de fundador da comunidade cristã em Roma. Depois seleciona bispos que, ao longo do tempo, tentaram ou conseguiram a supremacia do bispo romano sobre os demais, nomeando as hipocrisias e indignidades. Conclui que Pio IX ao convocar o concílio ecumênico que estabeleceu o dogma da infalibilidade, teve o amparo dos jesuítas que assim, “remataram sua nefanda obra”. (Koseritz, p. 301).

Em resumo, Koseritz condenou os jesuítas principalmente por pertencerem a uma ordem fortemente hierarquizada e centralizada no reconhecimento da infalibilidade do papa, à semelhança da monarquia absoluta, combatida pelos liberais e republicanos que desejavam a descentralização do poder político.

Koseritz era intransigente na defesa da maçonaria, do evolucionismo e do materialismo, atacando não só os jesuítas, mas também os fundamentos dos luteranos. O pastor Wilhelm Rotermund polemizou com Koseritz através do jornal *Der Bote*, com a discussão centrada em fé e saber. (Dreher, p. 149-150).

No século XIX predominou o cientismo como passatempo e até mesmo de atividade de pesquisa comercial. Os cientistas estavam convictos que tudo seria explicado e organizado pela ciência, graça a fé no progresso do saber racional. Empresas comerciais européias financiavam cientistas para viajarem a terras desconhecidas a fim de descobrir o que poderia ser

comercializado no Velho Mundo, desde plantas alimentícias, pedras preciosas, metais, peles de animais. Pertenciam a esse grupo os viajantes Saint-Hilaire, Nicolau Dreys e Arsène Isabelle, sendo que este também fez um levantamento das mercadorias francesas que o mercado brasileiro poderia comprar, inclusive descrevendo o tipo da embalagem que não permitiria danos durante o transporte de navio.

Esse espírito científico, tão em voga na época, era dogmático ao procurar explicações unicamente na ciência, entrando em choque com a filosofia, com a cultura popular e principalmente com a religião, criando no Brasil a questão religiosa.

A chamada questão religiosa iniciou em 28.12.1872, quando D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Recife, dirigiu ofício ao vigário da freguesia de Santo Antônio para que os maçons da Irmandade do Santíssimo Sacramento abjurassem os compromissos da maçonaria ou seriam excomungados e afastados da Irmandade.

A pastoral de D. Macedo da Costa, bispo de Belém do Pará, de 25.3.1873, proibiu a inclusão de maçons nas irmandades religiosas. Em 1874 os dois bispos são julgados por juízes que pertenciam à maçonaria e condenados a quatro anos de trabalhos forçados, apesar de serem de idade avançada.

O imperador D. Pedro II, em 12.3.1875, comutou a sentença de trabalhos forçados dos bispos, para a de prisão simples. Dada a repercussão negativa da prisão dos prelados, o imperador anistiou os bispos em 17.9.1875, mas já era tarde, os sacerdotes ultramontanos retiraram o apoio ao trono, provocando uma cisão no clero brasileiro.

Sem apoio em nenhum postulado científico ou em fato histórico, o cônego Joaquim Francisco de Farias editou em 1873, em Recife, o livro *Cartas sobre a Companhia de Jesus*, baseado na conspiração dos jesuítas para dominar o mundo, constante na *Monita Secreta* elaborada em 1612 pelo polonês Jerome Zahorowski, expulso da Companhia de Jesus. O documento de denúncia da conspiração jesuítica foi atribuído a Cláudio Acquaviva, quinto superior dos inacianos. Em seguida, até mesmo adversários dos jesuítas consideraram o documento como falso.

Segundo o documento, todos os meios deveriam ser empregados para a aquisição de riquezas da Ordem; instruíam como aliciar jovens promissores para engrossar as suas fileiras e adotá-los com suas propriedades; as viúvas ricas seriam dissuadidas de contrair novo casamento, dispondo propriedades que possuíam em favor da Ordem e encorajando os seus filhos a entrarem em ordem religiosa; todos os meios deveriam ser utilizados para o avanço dos Jesuítas para as dioceses ou outras dignidades eclesiásticas, a

fim de desacreditar os membros de outras ordens, enquanto que o mundo seria persuadido de que a Companhia de Jesus era animada pelos motivos mais puros e menos interessados.



O cônego Joaquim Farias afirma, sem apresentar argumentos, que a origem de todos os males do Brasil está na ação dos jesuítas por dominarem a consciência das famílias, de jovens, de reis e de políticos. Acusa os jesuítas de mofeiros falsos do cristianismo, que afirmavam hoje e negavam amanhã, com exclusão de outros missionários, briga com bispos, sacerdotes regulares e seculares.

Afirmando escrever “à luz rigorosa da história”, Joaquim Farias acusa os jesuítas de promoverem as revoltas do Paraguai, Boêmia, Morávia, Japão e o massacre dos huguenotes na Noite de São

Bartolomeu, em 24.8.1572.

Sem comprovações à luz da história, Joaquim Farias aponta os jesuítas como responsáveis pela conspiração contra o rei Carlos III, contra a rainha Isabel da Inglaterra, Afonso VI de Portugal e Leopoldo da Áustria.

Sem consistência ou indicação de fonte, afirma que os seguidores do Papa Negro teriam determinado o envenenamento dos papas Clemente XIII e Clemente XIV. O Papa Negro era o geral da Companhia de Jesus que governava a Igreja por trás do trono do papa.

Combatendo a infalibilidade do sumo pontífice, o cônego Farias afirma que o papa é senhor do bispo; o bispo senhor do padre; o padre senhor do simples fiel e o Papa Negro senhor do papa, do bispo, do padre e do simples fiel.

O cônego Joaquim Farias, sendo um liberal, condenou a centralização do poder na infalibilidade do papa. Inimigo do jesuitismo, reconhece que a Companhia de Jesus participou efetivamente da conquista do Brasil, da África, Índia e Japão, através das missões religiosas e civilização dos pagãos, permitindo que Portugal ampliasse seu comércio e aumentasse suas riquezas. No entanto, essa grandeza e riqueza causaram a ambição da Companhia, que esqueceu sua missão religiosa.

Apesar das publicações de Koseritz e de Joaquim Farias, das reuniões

maçônicas e críticas em jornais, as autoridades eclesiásticas continuaram dependendo da permissão e consentimento do Poder Civil para publicação de documentos apostólicos, pois o Governo Civil continuava interferindo nas questões de religião, de moral e de governo espiritual, mas os reis e príncipes estavam isentos da jurisdição da Igreja.

Os republicanos se manifestavam contra a sucessão da princesa imperial ao trono como um meio de solução final à existência da monarquia no Brasil. Em 1881 os republicanos fundaram em São Borja, RS, o Clube 7 de Abril, por Francisco de Miranda. A associação mudou o nome para Clube Republicano, com adesão de um grupo de maçons, entre eles Aparício Mariense da Silva. (Sempé, p. 4).

Seguindo no fluxo da campanha republicana para evitar o terceiro reinado, o Coronel Aparício Mariense da Silva apresentou uma moção plebiscitária na loja maçônica Vigilância e Fé, em São Borja, Rio Grande do Sul, em 21.2.1887. Aparício Mariense defendia a realização de uma consulta à nação, através de resposta plebiscitária à pergunta:

Convém a sucessão ao trono ainda mais competindo este a uma senhora obcecada por sua educação jesuítica e casada com príncipe estrangeiro?

Aprovada na loja maçônica, a moção plebiscitária foi apresentada em sessão da Câmara Municipal de São Borja, de 31.10.1887. Os vereadores aprovaram com a mudança de “sua educação jesuítica” por “sua educação religiosa”. Enviada a todos os municípios, apenas a Câmara de São Francisco de Assis e a de Dores de Camaquã, aderiram à moção plebiscitária. Em Santos, SP, houve passeata de estudantes em apoio à moção. O Doutor Joaquim Jacinto de Mendonça, 3º vice-presidente em exercício no governo da província, ordenou o fechamento da Câmara de Vereadores de São Borja, São Francisco de Assis e de Dores de Camaquã.

D. Pedro II era a favor da abolição gradativa da escravidão, a fim de dar tempo aos donos de escravos se adaptarem ao contrato de trabalhadores assalariados. Assim, aboliu o tráfico negreiro e a princesa Isabel, como regente, assinou as leis do Ventre Livre, dos Sexagenários e da Abolição da escravidão.

A princesa Isabel, em carta de 11.8.1889, ao visconde de Santa Vitória, um dos sócios do Banco Mauá, refere-se à doação em sigilo, para que os escravocratas e os militares não reagissem com violência, à proposta de compras de terras, como indenização aos ex-escravos, bem como o sufrágio feminino, “para libertar as mulheres dos grilhões do cativo doméstico”. (Nossa História, nº 31, p. 71).

As duas propostas seriam apresentadas na abertura da Nova Legislação, na reunião das Câmaras, no dia 20.11.1889, pelos deputados Joaquim Nabuco, André Rebouças, José do Patrocínio e Dantas. Infelizmente o sigilo foi quebrado e os militares apoiados pelos escravocratas deram o golpe em 15.11.1889, derrubando a monarquia e implantando uma república que não fora sonhada pelos republicanos.

No fim do império, 70% de analfabetos não tinham conhecimento e nem participavam da política brasileira. Os políticos brasileiros, a maioria grandes proprietários de terra, estavam divididos com as teorias mal assimiladas que vinham do exterior. As divergências assumiram proporção maior quando passaram a discutir o primado do papa, comparando com a centralização do governo brasileiro, sem entender que aquele era uma tentativa de manter a unidade da Igreja diante das heresias e divisões das religiões cristãs. Essa tentativa falhou, atualmente existem milhares de religiões que se dizem cristãs.

A centralização do poder no Brasil Império é responsável pela unidade do território nacional, até mesmo durante o período da regência, de 1831 a 1840, com o caos das revoltas liberais, e com a campanha republicana.

Os ataques da maçonaria francesa contra os jesuítas repercutiram nas lojas maçônicas brasileiras, principalmente quando sacerdotes ultramontanos proibiram a participação de maçons nas confrarias e irmandades religiosas.

A campanha contra os jesuítas tornou-se acirrada porque eles se dedicaram ao ensino e criaram colégios de alto nível, formaram instituição hierarquizada e centralizada na figura do papa, que negava as idéias de liberdade apreoadas pelos liberais e que já se ensaiavam através de imigrantes anarquistas e socialistas.

O anti-clericalismo atingiu a base da educação e da identidade dos brasileiros, que desde o início da colonização foram educados por ordens religiosas e não conseguiram formar uma nacionalidade porque Dom Pedro I formou o Estado em 1822, sem que a nação estivesse consciente de sua identidade.

Durante o Império a identidade do brasileiro firmou-se na fidelidade ao imperador e na fé católica. O golpe militar que implantou a república destruiu estas duas referências ao exilar Dom Pedro II e ao separar a Igreja do Estado.

Bibliografia

- ALIGHIERI, Dante. *Da monarquia*. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, sem data.
- ASSUMPCÃO, T. Lino. *História Geral dos jesuítas*. Lisboa: Moraes Editores, 1982.
- BUFFON, Dolvino Antônio. *Papas – biografias*. Porto Alegre: EST, 1999.
- DAMIÃO, Valdemir. *História das religiões*. S. Paulo: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2003.
- DREHER, Martin N. *Wilhelm Rotermund – seu tempo, suas obras*. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- FARIAS, Joaquim Francisco. *Cartas sobre a Companhia de Jesus, dirigidas aos reverendos padres do Colégio de S. Francisco Xavier da cidade de Recife*. Recife: Jornal do Recife, 1873.
- GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. S. Paulo: Companhia de Bolso, 2005.
- LEAL, Priscila. *O lado rebelde da princesa Isabel*. Revista Nossa História, nº 31, maio de 2006, p. 71.
- KOSERITZ, Carlos von. *Roma perante o século*. Porto Alegre: Tip. Jornal do Comércio, 1871.
- LEADBEATER, Charles Webster. *A história Secreta da Maçonaria*. S. Paulo: Madras, 2003.
- PEDRO II. *Conselhos à princesa Isabel de como melhor governar*. São Paulo: edições GRD, 1985. (Edição fac-similar do manuscrito de 1871).
- RIBARD, André. *A prodigiosa história da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.
- SEMPÉ, Moarci Matheus. *A moção plebiscitária*. Folha de São Borja, janeiro de 1982.
- SILVEIRA, José Luiz. *Revelações históricas da Maçonaria*. Santa Maria: Pallotti, 1985.
- SPALDING, Walter. *Propaganda e propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul*. In Revista do Museu Júlio de Castilhos e do Arquivo Histórico do RS, nº 1, 1939.
- TERRA, João Evangelista Martins. *Maçonaria e a Igreja Católica*. Aparecida, SP: Edit. Santuário, 1996.